**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

**CONSULTA PÚBLICA N° 23/2019 (de 28/10/2019 a 11/11/2019)**

**NOME/RAZÃO SOCIAL: Alesat Combustíveis S/A – Gabriela Navarro (****gabriela.navarro@ale.com.br****) e Igor Ferreira Luna (****ifluna@almeidalaw.com.br****)**

|  |  |
| --- | --- |
|  ( x ) agente econômico  ( ) consumidor ou usuário |  ( ) representante órgão de classe ou associação ( ) representante de instituição governamental ( ) representante de órgãos de defesa do consumidor |
| Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os procedimentos para geração de lastro necessário para emissão primária de Créditos de Descarbonização, de que trata o art. 14 da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e altera a Resolução ANP nº 758, de 23 de novembro de 2018. |
| **ARTIGO DA MINUTA** | **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO** | **JUSTIFICATIVA** |
| **Art. 5º, I, *e*** | “e) não ter sido utilizada como lastro para emissão de outra CBIO” | A simples solicitação anterior não torna a NF-e imprestável a dar lastro a novo pedido de CBIO, pois pedido anterior pode não ter sido acolhido por motivos diversos e incapazes de desqualificá-la, como, por exemplo, eventual instrução insuficiente do processo de geração de lastro. O critério razoável é a efetiva utilização da NF-e como lastro para a emissão de outro CBIO, inclusive de forma a garantir o máximo aproveitamento do potencial de geração de crédito. |
| **Art. 5º, II** | “II – não será admitida a solicitação da emissão de lastro de CBIO formalizada antes de quinze dias e após trinta dias da data de emissão da nota fiscal de venda do biocombustível pelo emissor primário.”  | Alteração da redação para explicitar a consequência do descumprimento do prazo fixado, consistente na inviabilidade de formalização da solicitação. |
| **Inclusão** | “Art. X – Não será escriturado CBIO após sessenta dias da data de sua emissão.” | Embora se tenha fixado prazo para a solicitação de lastro (art. 5º, II), não se fixou prazo para a escrituração de CBIO, imprescindível para se assegure a efetiva e tempestiva disponibilidade de certificado no mercado para viabilizar o cumprimento das metas compulsórias dos distribuidores.  |
| **Inclusão** | “Art. X – O CBIO possui autonomia em relação ao procedimento de geração do respectivo lastro de emissão primária.”  | Por não integrarem nenhuma etapa de geração dos CBIOs (credenciamento, certificação e emissão), tampouco por não exercerem atividade de fiscalização ou disporem de ferramentas para tanto, os terceiros de boa-fé que adquirirem os CBIOs não podem suportar as consequências de eventuais vícios que antecedem a inserção no mercado. Uma das formas de fazê-lo é garantir a autonomia do CBIO do processo de lastro, assegurando que, uma vez postos os CBIOs em circulação, terceiros de boa-fé fiquem protegidos, inclusive garantindo que as metas integral ou parcialmente cumpridas com tais certificados não sejam prejudicadas pela superveniente identificação de eventual vício, sem prejuízo de responsabilização civil, administrativa e criminal dos responsáveis pela fraude. A redação proposta também não impede que CBIOs não adquiridos e expedidos sem lastro idôneo sejam retirados de circulação.  |
| **Inclusão** |  “Art. X – Em caso de suspensão, cancelamento ou expiração dos Certificados de Produção Eficiente de Biocombustíveis do produtor ou do importador de combustíveis ou de fraude no procedimento de geração de lastro de CBIO, o CBIO adquiridos preservará sua autonomia e seus efeitos para o fim de cumprimento da meta compulsória anual de distribuidores de combustíveis.”  |
| **Inclusão** | “Art. X – O distribuidor terá acesso à Plataforma CBIO exclusivamente para consultar a autenticidade de CBIO.”  | Considerando que o distribuidor não tem acesso a nenhuma etapa do processo de geração de CBIO, entende-se recomendável que ao menos tenha condições de conferir a autenticidade do CBIO negociado no mercado, ainda que o ambiente de negociação seja presumido seguro. |
| **N/A** | Apenas a título informativo, apesar da redação do art. 3º, incisos V e VII, entende-se recomendável a edição de tipo legal específico, seguindo a mesma estrutura adotada para as distribuidoras (art. 9º, p. u., da Lei 13.576/2017), para viabilizar a punição de agentes econômicos cujas condutas gravitem fraudes nos processos de Certificação de Produção Eficiente e no procedimento de geração de lastro de CBIO. Isso porque aparentemente a redação dos incisos, sob o ponto de vista semântico, não seria abrangente o suficiente para incluir as condutas indicadas. Além disso, o teto da multa prevista nos incisos alcança R$5mi, impedindo a ANP de aplicar sanção proporcional à gravidade da geração de CBIOs fraudulentos, especialmente se considera a capacidade financeira dos geradores e, comparativamente, o teto da sanção aplicável às distribuidoras dentro do mesmo sistema (R$50 mi). Assim, com a edição de tipo específico, haverá a maximização dos mecanismos de controle da atividade e de geração efetiva adicionalidade (alcançando o objetivo do projeto e o cumprimento das metas do Acordo de Paris), ampliando a segurança na aquisição de CBIO.  | N/A |

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: *conspub\_qualidade@anp.gov.br*, fax (21) 2112-8669, ou diretamente em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.